

- XXVII Seminário de Iniciação Científica
- XIV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão - SIEPE



UM OLHAR PARA A ACESSIBILIDADE DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE ENSINO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC

Pesquisador(es): BURTULLI, Sheiane Paula; JÚNIOR, Ivo Salvadego; CORADI, Cleber.

Instituição de Ensino Superior/Curso: Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc),
Curso de Engenharia Civil.

Área: Área das Ciências Exatas e Tecnológicas.

Introdução: Estudos apontam que cerca de 7,5% da população portadora de alguma deficiência física, visual, auditiva ou de intelecto se encontra entre 0 e 14 anos de idade (IBGE, 2010). Nessa fase, geralmente as crianças e adolescentes estão inseridas nas escolas, e a possível falta de estrutura física para atender as necessidades específicas desses alunos pode acabar resultando em uma grande evasão escolar, aumentando o índice de analfabetismo do país (DUARTE; COHEN, 2006). O município de Xanxerê no estado de Santa Catarina, possui 3018 crianças de 7 a 14 anos matriculadas em sua rede municipal de ensino, dentre elas, 28 necessitam de algum cuidado especial. Estas crianças estão matriculadas em 10 instituições de ensino intituladas de Escola Municipal de Ensino Básico (EMEB). Segundo Brasil (2007), a participação plena das crianças nas escolas não podem ser restringidas por barreiras. Deste modo, o artigo tem como problema da pesquisa: as escolas públicas municipais de Xanxerê-SC, atendem os requisitos de acessibilidade em sua estrutura física? A principal justificativa para a realização desta pesquisa é fazer um reconhecimento da realidade das escolas públicas municipais de Xanxerê no quesito acessibilidade e também compreender se as condições da acessibilidade representam alguma influência para a permanência das crianças especiais no ambiente escolar. **Objetivo:** Realizar um reconhecimento do panorama atual das edificações escolares públicas do município de Xanxerê, quanto à adequação de seus espaços físicos em função da acessibilidade, com os olhares voltados às exigências e prerrogativas da NBR 9050 (2020). **Método:** Com o objetivo de reconhecer a atual situação das escolas públicas municipais de ensino fundamental

- XXVII Seminário de Iniciação Científica
- XIV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão - SIEPE



no quesito do atendimento à norma de acessibilidade, foi aplicado um checklist com avaliação de 390 itens, todos seguindo as diretrizes da NBR 9050 (2020) contendo informações desde o acesso as escolas, as salas de aula, sanitários, refeitório, quadra de esportes, biblioteca, corredores, plataformas elevatórias, elevadores, escadas, rampas, circulação vertical e horizontal, bebedouros, assentos de esperas, salas de atendimento, iluminação, esquadrias e sinalização. O checklist foi preenchido de acordo com cada item que as escolas apresentavam, sendo classificado como atende a NBR 9050 (estando de acordo com a normativa), não atende a NBR 9050 (estando em desacordo com a normativa) e, não se aplica (quando algo não fazia parte da pesquisa ou se tornava irrelevante perante a situação que estava sendo avaliada). Os itens que se enquadram em “não se aplica” foram desconsiderados do tratamento estatístico. As escolas foram nomeadas A, B, C, D, E, F, G, H, I e J.

Resultados: Foi possível realizar um nivelamento do grau de acessibilidade das instituições de ensino público municipais, atingindo uma média de 62,56% atendendo aos requisitos da norma, e 37,44% não atende aos requisitos normativos. Pode-se perceber com base nos dados, que as instituições “A”, “B”, “C”, “H”, “I” e “J” atingiram um percentual acima da média municipal, com maior percentual encontrado na escola “C” com 74,48 % dos itens atendendo a NBR 9050. Já as escolas “D”, “E”, “F” e “G” ficaram abaixo da média municipal para “ATENDE”. Nas escolas “D”, “E”, “F” e “G”, conseqüentemente apresentaram percentuais para “NÃO ATENDE” aos itens da NBR 9050 acima da média municipal, com maior porcentagem na escola “F”, com 62,88% dos itens em inconformidade com a normativa. Durante a tabulação dos dados pode se perceber que nenhuma das escolas avaliadas obteve pontuação de 100% dos itens normativos apresentados no laudo, destacando um panorama negativo para rede de ensino. Dentre os itens avaliados, notou-se que o item referente ao mobiliário nos interiores das salas que se refere as mesas e espaçamento entre elas apresentaram na maioria dos casos 100% de adequação a NBR 9050 (2020). Já o item com pior desempenho averiguado durante o levantamento de dados foi o item referente aos assentos para pessoas especiais, idosos ou obesos atingindo 100% em “não atende”, estando em desconformidade com a normativa. A escola C se

- XXVII Seminário de Iniciação Científica
- XIV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão - SIEPE



destaca estando acima da média municipal e por sua vez, a escola F ficou em pior classificação pois não atendeu nenhum item do checklist com 100% de pontuação para adequação. **Conclusão:** Algo bastante intrigante é que nas escolas foi possível perceber que quando nos remetemos a acessibilidade tratamos apenas de necessidades especiais referente a locomoção, entretanto, essa preocupação aparentemente não se estende a deficiências visuais, auditivas e mentais. Dentro das escolas não tem nenhum tipo de estrutura para quem é portador de deficiência visual, esses alunos precisam de alguém o tempo todo perto para leva-los para a cantina, para os sanitários e as salas de aula, ou seja, sozinhos não conseguem se locomover dentro da escola. Outra situação que chamou atenção é a disparidade que existe entre a escola C e F sendo que as duas são públicas municipais. O cenário da escola F é bastante complexo pois o aluno consegue acessar a escola, mas a estrutura da instituição é bastante precária. Algo que se fez notório foram os desníveis presentes entre o corredor e as salas de aula, que não havia nas demais escolas avaliadas. Partindo dos dados obtidos pela pesquisa, ficam alguns questionamentos que podem explicar o porquê de não haver nenhuma escola municipal 100% acessível, seria por falta de investimento do poder público? Ou pela falta de dados que demonstrem onde é necessário aplicar investimentos para ter retorno na qualidade educacional de portadores de necessidades especiais? Ou talvez seria pela falta de interesse do poder público em investir nessa área? Esses questionamentos de pesquisa podem refletir em novos estudos com intuito de sanar essas indagações acerca da acessibilidade nas escolas da rede pública municipal de ensino fundamental de Xanxerê.

Palavras-chave: Acessibilidade. Inclusão. Escola Pública.

E-mails: sheii.burtulli@hotmail.com; ivosj@hotmail.com;
cleber.coradi@unoesc.edu.br

II CIRCUITO REGIONAL

DE PESQUISA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Megatendências, Perspectivas e Desafios na Formação Profissional

- XXVII Seminário de Iniciação Científica
- XIV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão - SIEPE

